



ESTADO DO PARANÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA  
Rua Dr. Cruz Machado, 205 – 3º e 4º Pavimentos  
Fone: 42-3521-1200 e-mail: [licitacao@uniaodavitoria.pr.gov.br](mailto:licitacao@uniaodavitoria.pr.gov.br)  
CNPJ 75.967.760/0001-71  
Site Oficial: [www.uniaodavitoria.pr.gov.br](http://www.uniaodavitoria.pr.gov.br)

# TERMO DE REFERÊNCIA

*Serviços de carregamento,  
transporte e destinação final  
ambientalmente adequada, de acordo  
com a legislação vigente, dos  
resíduos sólidos oriundos  
da limpeza das vias públicas  
após as enchentes do Rio Iguaçu,  
doravante denominados de  
Resíduos Sólidos de Desastre Natural*

Elaboração:





## TERMO DE REFERÊNCIA

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

### SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA – LICITAÇÃO

#### 1. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1. Este Termo de Referência foi elaborado em cumprimento ao disposto na Lei Federal n.º 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), Lei Federal n.º 11.445/2007 (Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico), Lei Federal n.º 12.305/2010 (Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos) e demais normas legais e regulamentares.

#### 2. DEFINIÇÃO DO OBJETO

2.1. Constitui objeto do presente Termo de Referência:

**Serviços de carregamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada, de acordo com a legislação vigente, dos resíduos sólidos oriundos da limpeza das vias públicas após as enchentes do Rio Iguaçu, doravante denominados de resíduos sólidos de desastre natural (RSDN), com fornecimento de todos os veículos, equipamentos e mão de obra necessários à perfeita execução dos serviços, conforme especificações contidas no presente Termo de Referência e seus Anexos.**

A contratada deverá providenciar a retirada (inclusive carregamento) dos resíduos sólidos armazenados na Área de Transbordo e Armazenamento Temporário de resíduos da construção civil e resíduos volumosos (ATAT) do Município, situada à Rua Valdomiro Nesteruk, s/n, lotes 16 e 17 (final da via) - Bairro Nossa Senhora das Graças, Área Industrial Invernadinha, coordenadas geográficas: 498842.83 m E; 7102900.11 m S.

2.2. Natureza do objeto: Serviço comum de engenharia.

2.3. Quantitativo estimado: 4.198,94 toneladas de resíduos sólidos.

2.4. Prazo de vigência do Contrato: o prazo de vigência inicial do contrato será de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado ao interesse da administração, nos termos da legislação.

2.4.1. A CONTRATANTE tem a faculdade de extinguir o contrato sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem, de acordo com o inciso III do Art. 106, da Lei nº 14.133/2021.

2.5. Prazo de execução dos serviços: o prazo máximo de execução e finalização dos serviços será de **05 (cinco) meses**, a contar da assinatura do Contrato.

2.6. Prazo máximo para início dos serviços: 10 dias corridos contados do recebimento da ordem de serviço.

2.7. Fundamentação dos prazos: o prazo máximo de execução e finalização dos serviços e o prazo máximo para início dos serviços são fundamentados nas Decisões Judiciais no âmbito dos Processos: Autos nº 0005038-95.2024.8.16.0174; Autos nº 0097762-58.2024.8.16.0000.

2.8. É permitida somente subcontratação de serviços complementares ou de parcelas de menor relevância, nos termos do Art. 122, *Caput* e parágrafos da Lei 14.133/2021, sendo vedada a subcontratação do objeto em si e das atividades correspondentes às parcelas de maior relevância exigidas para fins de qualificação dos licitantes.



2.9. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

### **3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

3.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópicos específicos do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. O objeto está contemplado nos Planos de Contratações Anuais de 2024 e de 2025.

3.3. Fundamentação dos prazos: Decisão Judicial no âmbito dos Processos: Autos nº 0005038-95.2024.8.16.0174; Autos nº 0097762-58.2024.8.16.0000.

### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

#### **4.1. APRESENTAÇÃO DA DEMANDA**

A solução a ser contratada objetiva o carregamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada, de acordo com a legislação vigente, dos resíduos sólidos oriundos da limpeza das vias públicas após as enchentes do Rio Iguaçu, doravante denominados de resíduos sólidos de enchente, com fornecimento de todos os veículos, equipamentos e mão de obra necessários à perfeita execução dos serviços, conforme especificações contidas no presente Termo de Referência e seus Anexos.

A tipologia predominante dos resíduos sólidos que foram coletados nas operações de limpeza das áreas atingidas pela enchente é a popularmente conhecida como “entulhos”, tais como: madeiras (portas, rodapés, assoalhos, forros), mobiliário inservível (roupeiros, armários, sofás, camas e estrados), compensados, telhas, vidros, plásticos, tubulações, cerâmicos e calça, bem como arbóreos e resíduos de raspagem de vias. Dessa forma, essa porção predominante dos referidos resíduos originários de áreas atingidas por desastre natural, seja pelas demolições não controladas resultantes da própria inundação, seja pelas reformas dos imóveis e descartes de madeiras e mobiliário inservível no período pós enchente, são tecnicamente denominados de Resíduos da Construção Civil (RCC), termo adotado pela Resolução CONAMA nº 307 (BRASIL, 2002), também ainda designados de “Resíduos de Construção e Demolição” (RCD), terminologia mais utilizada pelo meio acadêmico em pesquisas e artigos científicos. Já os resíduos arbóreos e os resíduos provenientes de raspagem de vias são os denominados Resíduos de Limpeza Urbana: os originários da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana, conforme definição dada pela Lei 12.305/2010 (BRASIL, 2010).

#### **4.2. DEFINIÇÕES**

**4.2.1.** Resíduos da construção civil: são os provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos de obras,



caliça ou metralha;

**4.2.2. Resíduos volumosos:** Resíduos constituídos basicamente por material volumoso não removido pela coleta pública municipal, como móveis e equipamentos domésticos inutilizados, grandes embalagens e peças de madeira, resíduos vegetais e outros assemelhados, não provenientes de processos industriais.

**4.2.3. Resíduos vegetais:** os provenientes de processos não industriais, constituídos basicamente por resíduos não removidos pela coleta pública municipal rotineira, como resíduos provenientes da manutenção de quintais e jardins, bem como oriundos de podas e cortes de árvores, arbustos, dentre outras formas de vegetação, contendo troncos, aparas, galhadas e assemelhados;

**4.2.4. Resíduos de Limpeza Urbana:** os originários da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana, conforme definição dada pela Lei 12.305/2010 (BRASIL, 2010).

**4.2.5. Resíduos Sólidos Urbanos:** conforme definição dada pela Lei 12.305/2010 são os resíduos englobados nas alíneas “a” e “b” a seguir:

- a) resíduos domiciliares: os originários de atividades domésticas em residências urbanas;
- b) resíduos de limpeza urbana: os originários da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana;

**4.2.6. Resíduos classe I - resíduos perigosos:** aqueles que, apresentam pelo menos uma das características como inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade, patogenicidade, carcinogenicidade, teratogenicidade e mutagenicidade, ou constem nos anexos da NBR 10004 – Anexo A – resíduos perigosos de fontes não específicas, ou Anexo B - resíduos perigosos de fontes específicas, ou ainda excedam o limite máximo no extrato de lixiviado obtido no ensaio de lixiviação conforme consta no anexo F da supracitada norma.

**4.2.7. Resíduos classe II A - Não inertes:** Aqueles que não se enquadram nas classificações de resíduos classe I - Perigosos ou de resíduos classe II B - Inertes, nos termos da Norma ABNT NBR 10004. Os resíduos classe II A – Não inertes podem ter propriedades, tais como: biodegradabilidade, combustibilidade ou solubilidade em água.

**4.2.8. Resíduos classe II B – Inertes:** Quaisquer resíduos que, quando amostrados de uma forma representativa, segundo a ABNT NBR 10007, e submetidos a um contato dinâmico e estático com água destilada ou desionizada, à temperatura ambiente, conforme ABNT NBR 10006, não tiverem nenhum de seus constituintes solubilizados a concentrações superiores aos padrões de potabilidade de água, excetuando-se aspecto, cor, turbidez, dureza e sabor, conforme anexo G da ABNT NBR 10004.

**4.2.9. Geradores:** são pessoas, físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, responsáveis por atividades ou empreendimentos que gerem os resíduos definidos em 4.1.1; 4.1.2; 4.1.3 e 4.1.4.



**4.2.10.** Transportador: pessoa física ou jurídica que realiza o transporte de resíduos.

**4.2.11.** Destinador: pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável pela destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos;

**4.2.12.** Armazenador temporário: pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável pelo armazenamento temporário de resíduos sólidos do gerador, para fins de consolidação de cargas, sem que ocorra qualquer tipo de processamento dos resíduos, para posterior encaminhamento para a destinação final ambientalmente adequada definida pelo gerador nos MTRs correspondentes;

**4.2.13.** Certificado de Destinação Final de Resíduos - CDF: documento emitido pelo Destinador e de sua exclusiva responsabilidade que atesta a tecnologia aplicada ao tratamento e/ou destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos recebidos em suas respectivas quantidades, contidos em um ou mais MTRs;

**4.2.14.** Área de transbordo e triagem de resíduos da construção civil e resíduos volumosos (ATT): área destinada ao recebimento de resíduos da construção civil e resíduos volumosos, para triagem, armazenamento temporário dos materiais segregados, eventual transformação e posterior remoção para destinação adequada, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e a segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos;

**4.2.15.** Beneficiamento: é o ato de submeter um resíduo às operações e/ou processos que tenham por objetivo dotá-los de condições que permitam que sejam utilizados como matéria-prima ou produto;

**4.2.16.** Aterro de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros: é a área tecnicamente adequada onde serão empregadas técnicas de destinação de resíduos da construção civil classe A no solo, visando a reservação de materiais segregados de forma a possibilitar seu uso futuro ou futura utilização da área, utilizando princípios de engenharia para confiná-los ao menor volume possível, sem causar danos à saúde pública e ao meio ambiente e devidamente licenciado pelo órgão ambiental competente;

**4.2.17.** Gerenciamento de resíduos sólidos: conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, de acordo com plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos ou com plano de gerenciamento de resíduos sólidos, exigidos na forma da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010;

**4.2.18.** Gestão integrada de resíduos sólidos: conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento



sustentável;

**4.2.19.** Reutilização: processo de aproveitamento de um resíduo, sem sua transformação.

**4.2.20.** Reciclagem: processo de aproveitamento de um resíduo, após ter sido submetido a transformação.

**4.2.21.** Reservação de resíduos: processo de disposição segregada de resíduos triados para reutilização ou reciclagem futura.

**4.2.22.** Controle de Transporte de Resíduos (CTR): Documento emitido pelo transportador de resíduos, que fornece informações sobre gerador, origem, quantidade e descrição dos resíduos e seu destino. O controle de transporte de resíduos deverá ser efetivado pela contratada por meio do Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR nacional, a ser emitido pelo Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos - SINIR.

**4.2.23.** Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR: documento numerado, gerado por meio do SINIR, emitido exclusivamente pelo Gerador, que deverá acompanhar o transporte do resíduo até a destinação final ambientalmente adequada;

**4.2.24.** A classificação dos Resíduos de Construção Civil (RCC), conforme especificado na Resolução CONAMA nº 307/2002 alterada pelas Resoluções CONAMA nº 348/2004, CONAMA nº 431/2011, CONAMA nº 448/2012 e CONAMA nº 469/2015, é a seguinte:

**Classe A** - são os resíduos reutilizáveis ou recicláveis como agregados, tais como:

- a) de construção, demolição, reformas e reparos de pavimentação e de outras obras de infraestrutura, inclusive solos provenientes de terraplanagem;
- b) de construção, demolição, reformas e reparos de edificações: componentes cerâmicos (tijolos, blocos, telhas, placas de revestimento etc.), argamassa e concreto;
- c) de processo de fabricação e/ou demolição de peças pré-moldadas em concreto (blocos, tubos, meios-fios, etc.) produzidas nos canteiros de obras;

**Classe B** - são os resíduos recicláveis para outras destinações, tais como plásticos, papel, papelão, metais, vidros, madeiras, embalagens vazias de tintas imobiliárias<sup>1</sup> e gesso;

**Classe C** - são os resíduos para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem ou recuperação;

**Classe D** - são resíduos perigosos oriundos do processo de construção, tais como tintas, solventes, óleos e outros ou aqueles contaminados ou prejudiciais à saúde oriundos de

---

<sup>1</sup> consideram-se embalagens vazias de tintas imobiliárias, aquelas cujo recipiente apresenta apenas filme seco de tinta em seu revestimento interno, sem acúmulo de resíduo de tinta líquida.





demolições, reformas e reparos de clínicas radiológicas, instalações industriais e outros, bem como telhas e demais objetos e materiais que contenham amianto ou outros produtos nocivos à saúde.

#### **4.3. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CARREGAMENTO, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE DESASTRE NATURAL (CARACTERIZAÇÃO DOS RESÍDUOS NO RELATÓRIO EM ANEXO)**

Este serviço consiste na execução do manejo e carregamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada dos **resíduos sólidos de desastre natural (enchente)** armazenados temporariamente na Área de Transbordo e Armazenamento Temporário de resíduos da construção civil e resíduos volumosos (ATAT) do Município, situada à Rua Valdomiro Nesteruk, s/n, Bairro Nossa Senhora das Graças, Área Industrial Invernadinha, coordenadas geográficas: 498842.83 m E; 7102900.11 m S.

Para a realização dos serviços de carregamento dos resíduos sólidos e limpeza da Área de Transbordo e Armazenamento Temporário de resíduos sólidos, bem como respectivo transporte até destinação final, deverão ser disponibilizados pela contratada Pá carregadeira, Escavadeira Hidráulica e caminhões caçamba basculante metálica, com operadores e motoristas, cujas especificações de prestação dos serviços estão estabelecidas a seguir. No local da Área de Transbordo e Armazenamento Temporário de resíduos sólidos deverá ser fornecida a implantação de um container tipo modulo habitável para escritório, que servirá de escritório, abrigo da vigilância e área de convivência dos funcionários, também deverá ser fornecido e implantado sanitário químico independente, com manutenção e limpeza. Neste local (onde será realizado o carregamento dos resíduos para realização do transporte) é recomendado, ainda, a utilização de posto de vigilância das 18 h às 7 h da manhã no local, diariamente, bem como nos finais de semana, para segurança dos equipamentos e maquinário, por conta e custos da Contratada.

##### **4.3.1. ESPECIFICAÇÕES PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANEJO E CARREGAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NOS VEÍCULOS DE TRANSPORTE**

Este serviço consiste na execução do MANEJO e CARREGAMENTO dos **resíduos sólidos de desastre natural (enchente)** armazenados temporariamente na Área de Transbordo e Armazenamento Temporário de resíduos da construção civil e resíduos volumosos (ATAT) do Município, situada à Rua Valdomiro Nesteruk, s/n, Bairro Nossa Senhora das Graças, Área Industrial Invernadinha, coordenadas geográficas: 498842.83 m E; 7102900.11 m S.

O Manejo visa acondicionar os resíduos da forma mais ordenada possível, visando a redução do volume dos resíduos e o amontoamento dos mesmos em altura segura e que facilite o Carregamento dos veículos transportadores, otimizando assim a utilização do espaço, evitando vazios nas caçambas dos veículos transportadores e garantindo a estabilidade da massa de resíduos acondicionada. A área de manejo e carregamento deverá apresentar características de organização e limpeza, durante todo o período da operação e execução dos serviços;



Para a realização do Serviço de Manejo deverá ser utilizada Escavadeira Hidráulica sobre esteiras com especificação mínima de Potência Bruta de 155 HP, caçamba com capacidade mínima de 1,2 m<sup>3</sup> e peso operacional de 21 toneladas. Neste Manejo poderá ser utilizada Máquina tipo Pá Carregadeira sobre rodas para apoio de carga/descarga e compactação dos resíduos, visando a estabilidade da massa.

O Carregamento dos veículos de transporte visa promover a maior rapidez possível na transferência dos resíduos para a caçamba dos veículos transportadores.

Para a realização do serviço de Carregamento será utilizada Máquina tipo Pá Carregadeira sobre rodas com especificação mínima de Potência líquida de 128 HP, capacidade de caçamba 1,7 a 2,8 m<sup>3</sup>. Poderá ser utilizada também a Escavadeira Hidráulica sobre esteiras para auxiliar no processo de carregamento.

Os resíduos volumosos que ainda se encontrarem inteiros no seu formato, como colchões e estofados deverão ser preferencialmente segregados do restante da massa de resíduos, visando o carregamento deste tipo de resíduos segregados, para melhor acomodação nas caçambas dos veículos transportadores, evitando-se o “engaiolamento” de resíduos volumosos nas caçambas dos veículos de transporte, dessa forma evitando-se a formação de vazios nas cargas de resíduos sólidos. Estes resíduos podem interferir no carregamento e principalmente no momento da descarga, se estiverem misturados aos demais resíduos, portanto, para otimizar o transporte e a destinação final, deverão ser separados preferencialmente, devendo a contratada, providenciar as estruturas e equipamentos para este manejo.

Para a execução destes serviços de MANEJO e CARREGAMENTO dos **resíduos sólidos de enchente** armazenados temporariamente na Área de Transbordo e Armazenamento Temporário de resíduos da construção civil e resíduos volumosos (ATAT) do Município são necessárias, minimamente, as seguintes máquinas:

- Uma (01) Máquina tipo Pá Carregadeira sobre rodas com especificação mínima de Potência líquida de 128 HP, capacidade de caçamba 1,7 a 2,8 m<sup>3</sup>;
- Uma (01) Escavadeira Hidráulica sobre esteiras com especificação mínima de Potência Bruta de 155 HP, caçamba com capacidade mínima de 1,2 m<sup>3</sup> e peso operacional de 21 toneladas.

Para a execução destes serviços de MANEJO e CARREGAMENTO dos **resíduos sólidos de enchente** armazenados é estimado o seguinte tempo de operação das máquinas supra especificadas, com base em testes de carregamento realizados durante a execução das amostragens de resíduos para fins de caracterização:

**Tabela 1: tempo estimado de operação de Pá Carregadeira sobre rodas e de Escavadeira Hidráulica sobre esteiras para execução do MANEJO e CARREGAMENTO de todo o volume armazenado de resíduos sólidos**





PARÂMETRO	VALOR	UNIDADE
Taxa de carregamento obtida em testes realizados com Pá Carregadeira sobre rodas	1,8	m <sup>3</sup> /min
Volume total de resíduos sólidos armazenados (estimado)	6415,51	m <sup>3</sup>
Tempo estimado necessário para o carregamento de todo o volume (minutos)	3564,17	min
Tempo de máquinas estimado necessário para o carregamento de todo o volume (horas produtivas)	59,40	h

No local da Área de Transbordo e Armazenamento Temporário (ATAT) de resíduos sólidos deverá ser fornecida a implantação de um container tipo modulo habitável para escritório, que servirá de escritório, abrigo da vigilância e área de convivência dos funcionários, também deverá ser fornecido e implantado sanitário químico independente, com fornecimento de manutenção e limpeza. Neste local da ATAT (onde será realizado o carregamento dos resíduos para realização do transporte) é recomendado, ainda, a utilização de posto de vigilância das 18 h às 7 h da manhã no local, diariamente, bem como nos finais de semana, para segurança dos equipamentos e maquinário, por conta e custos da Contratada.

A Contratada deverá observar e cumprir rigorosamente os requisitos e previsões das Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho e Emprego em todas as etapas do escopo do objeto da Contratação, inclusive os requisitos e as medidas de prevenção previstos na **NR 38 - Segurança e saúde no trabalho nas atividades de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos**.

O presente Termo de Referência não tem objetivo de contemplar aspectos de segurança do trabalho ou de segurança das instalações, veículos e equipamentos, bem como aspectos relacionados à legislação de trânsito em vigor, sendo estes de integral responsabilidade da empresa contratada, devendo a empresa contratada observar e cumprir a legislação vigente, bem como normas técnicas (ABNT) e Normas Regulamentadoras pertinentes.

#### **4.3.2. ESPECIFICAÇÕES PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS PARA CENTRAL DE TRIAGEM E DE DESTINAÇÃO FINAL DA CONTRATADA**

Este serviço consiste na execução do TRANSPORTE para destinação final dos **resíduos sólidos de desastre natural (enchente)** armazenados temporariamente na Área de Transbordo e Armazenamento Temporário de resíduos da construção civil e resíduos volumosos (ATAT) do Município, situada à Rua Valdomiro Nesteruk, s/n, Bairro Nossa Senhora das Graças, Área Industrial Invernadinha, coordenadas geográficas: 498842.83 m E; 7102900.11 m S.



No local de carregamento, os veículos de transporte deverão ser carregados pelos equipamentos específicos (conforme descrito no item anterior) e quando estiverem com seus compartimentos de carga completamente cheios, deverão ser cobertos com lona e se deslocar até a balança rodoviária da CONTRATANTE; após pesagem deverão se deslocar até o local de destinação final de resíduos sólidos da CONTRATADA.

O processo de pesagem ocorrerá na Balança rodoviária localizada na Avenida Paula Freitas, s/nº, Bairro São Sebastião, Distrito de São Cristóvão, coordenadas geográficas: 497040.28 m E; 7099198.44 m S. A balança rodoviária possui comprimento de 18,00 metros, portanto a CONTRATADA deverá atentar para adequar o tipo/tamanho dos veículos de carga ao comprimento da balança rodoviária da CONTRATANTE. Em casos de manutenção desta balança rodoviária, o processo de pesagem deverá ocorrer em local a ser determinado pela Prefeitura Municipal de União da Vitória, com os custos de deslocamento a serem suportados pela Contratada, desde que em balança rodoviária situada a uma distância máxima de até 20 km do Armazenamento Temporário de resíduos da construção civil e resíduos volumosos (ATAT) do Município.

No local da balança rodoviária da CONTRATANTE, após a pesagem realizada/fiscalizada por servidores públicos, antes de prosseguir para o local de destinação final da CONTRATADA, deverá ser emitido Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) para cada carga. A emissão do MTR ficará a cargo da CONTRATADA. O local conta com guarita provida de escritório, com energia elétrica, mesa, balcão, cadeiras e sanitário, sendo esta guarita/escritório disponibilizado para uso por um preposto da CONTRATADA para emissão do MTR na presença de servidor público (balanceiro), entre outras ações que se façam necessárias. No local não é disponibilizado pela CONTRATANTE serviços de comunicação, tais como de acesso à *internet* e/ou linha telefônica, sendo de responsabilidade da CONTRATADA providenciar tais serviços caso seja necessário para emissão do MTR. O local da guarita possui cobertura/sinal de telefonia móvel 3G.

O Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR), juntamente dos Certificados de Destinação Final (CDFs) emitidos via SINIR, bem como dos relatórios semanais e mensais elaborados pela CONTRATADA e dos comprovantes de pesagem (*tickets*), serão os documentos utilizados pela fiscalização da Contratante para efetuar a medição mensal dos serviços, considerando-se serviço efetivamente realizado após a apresentação de todos os referidos documentos pela CONTRATADA.

Para a realização dos serviços de transporte deverão ser observadas as seguintes condições:

- A CONTRATADA deverá dimensionar os veículos transportadores (caminhões), em número e capacidade adequados para recolher e transportar os **resíduos sólidos de desastre natural** (enchente) armazenados temporariamente na Área de Transbordo e Armazenamento Temporário de resíduos da construção civil e resíduos volumosos (ATAT) do Município até o local de destinação final de responsabilidade da Contratada, de forma a garantir a execução do quantitativo mínimo mensal de 1.283,00 m<sup>3</sup> de resíduos retirados, transportados e destinados



adequadamente, ou em toneladas, aproximadamente 765 toneladas mensais (visando atendimento do prazo de execução dos serviços estabelecido em Decisão Judicial); ficando o tamanho, a capacidade de carga e a quantidade de veículos transportadores (caminhões) à critério da Contratada, limitado o tamanho dos veículos ao comprimento da balança rodoviária do Município, que possui 18,00 metros de comprimento;

- As caçambas basculantes dos veículos transportadores deverão ter a tampa traseira com abertura e fechamento automático durante o basculamento e/ou tampa traseira com abertura lateral para facilitar a descarga de resíduos volumosos, a critério da contratada;
- Os veículos transportadores deverão estar disponíveis para carregamento no horário compreendido entre as 08 horas até as 18 horas, podendo ser estendido, a critério da Contratada, conforme condições de funcionamento da Unidade de triagem e Destinação Final da Contratada e limitado aos horários da balança rodoviária do Município;
- A balança rodoviária do Município, localizada na Avenida Paula Freitas, s/nº, Bairro São Sebastião, Distrito de São Cristóvão, tem sua operação realizada por servidores públicos municipais no horário compreendido entre as 08 horas e as 22 horas, de segunda à sábado, devendo este horário ser obedecido pela CONTRATADA para a realização das pesagens;
- Após o carregamento na Área de Transbordo e Armazenamento Temporário de resíduos, as caçambas dos veículos transportadores deverão ser cobertas com lona, prosseguindo então para o processo de pesagem;
- Os resíduos deverão ser transportados diariamente, no mínimo de segunda à sexta, para o local de Destinação Final da CONTRATADA, de forma a garantir a execução do quantitativo mínimo mensal de 1.283,00 m<sup>3</sup>, ou equivalente a aproximadamente 765 toneladas de resíduos sólidos retirados, transportados e destinados adequadamente;
- Os veículos transportadores deverão estar com todas as licenças vigentes, inclusive Licença Ambiental para transporte de resíduos sólidos não perigosos (Classe II) e perigosos (Classe I), bem como perfeitas condições de manutenção e operação de acordo com a legislação de trânsito;
  - OBS.: No caso de destinação final dos resíduos em local situado em outra Unidade da Federação, deverão possuir licenças vigentes para transporte interestadual de resíduos sólidos perigosos (Classe I), bem como providenciar as Autorizações Ambientais e/ou quaisquer autorizações e documentações necessárias de acordo com a legislação vigente de cada Estado da Federação.
- As caçambas dos veículos transportadores onde os resíduos sólidos estiverem contidos deverão ser estanques, de modo a não permitir o vazamento de líquidos ou desprendimento de resíduos sólidos no ato do transporte.

#### **Exemplo de Cálculo de Número de Viagens:**

Quantitativo mínimo mensal de resíduos sólidos retirados, transportados e destinados adequadamente: 1.283,00 m<sup>3</sup> = aproximadamente 765 toneladas

Capacidade volumétrica mínima das caçambas basculantes = 14,00 m<sup>3</sup>;

Tempo de Carregamento: 12,00 a 15,00 minutos (incluído enlonamento)

Tempo de deslocamento até balança: 10 minutos

Tempo de pesagem + emissão de MTR: 15,00 minutos

**Tempo total para carregamento com enlonamento, deslocamento e pesagem e emissão**



**de MTR: 40 minutos**

**Distâncias:**

Da ATAT até a balança rodoviária: 6,00 km

Exemplos de distâncias da balança rodoviária até local de Destinação Final (a depender da localização da Central de destinação final de resíduos da empresa licitante): 16,60 km (União da Vitória); 78,00 km (Canoinhas); 180,00 km (Rio Negrinho); 270 km (Joinville)

Exemplos de Distância Média entre ATAT e locais de Destinação Final: 22,60 Km; 84 Km; 186 Km; 276 Km (a depender da localização da Central de destinação final de resíduos)

Velocidade média transporte: 40,00 à 60,00 Km/h (a depender da localização da Central de destinação final de resíduos)

Distância aproximada ida e volta = 45,20 Km; 168 Km; 372 Km; 552 Km (a depender da localização da Central de resíduos da Contratada)

Tempo para descarga: 10,00 a 20,00 minutos

Tempo aproximado necessário para circuito de viagem: 1,93 horas; 4,00 horas; 6,50 horas; 11,00 horas;

**Número necessário de viagens diárias com veículos de caçambas cap. 14,00 m<sup>3</sup>:**

- $1.283,00 \text{ m}^3/\text{mês} = 320,75 \text{ m}^3/\text{semana} \div 6 \text{ dias/semana} = 53,45 \text{ m}^3/\text{dia}$
- $53,45 \text{ m}^3/\text{dia} \div 14,00 \text{ m}^3/\text{veículo} = 3,81 \text{ viagens/dia}$

Portanto, conforme exemplo de veículo acima (cap. útil 14,00 m<sup>3</sup>); para executar a retirada, transporte e destinação adequada do quantitativo mínimo mensal de resíduos sólidos de 1.283,00 m<sup>3</sup>, com veículos de capacidade volumétrica real das caçambas basculantes de 14,00 m<sup>3</sup>, considerando capacidade nominal de 16,00 m<sup>3</sup>, são necessárias 3,81 viagens/dia, considerando a execução dos serviços **6 dias/semana**, ou seja, segunda à sábado.

Serão necessárias 459 viagens para o transporte de todo o volume armazenado de resíduos sólidos, considerando o exemplo de veículos transportadores com capacidade útil de 14,00 m<sup>3</sup>.

Considerando o número necessário de viagens diárias, a Licitante deverá dimensionar a frota dos veículos transportadores (número de veículos) de acordo com o tempo despendido para circuito de viagem (estimado nos exemplos acima entre 1,93 horas; 4,00 horas; 6,50 horas; 11,00 horas), tempos a título ilustrativo, a depender da localização da Central de triagem e tratamento/destinação final de resíduos sólidos da empresa contratada.

**Tabela 2: número de viagens calculado para o transporte de todo o volume armazenado de resíduos sólidos, considerando veículos transportadores com capacidade real de carga de 14 m<sup>3</sup>**

PARÂMETRO	VALOR	UNIDADE
Capacidade Caçamba Basculante	14,00	m <sup>3</sup>
Prazo de execução (meses)	5,00	meses
Volume estimado de resíduos sólidos armazenados	6415,51	m <sup>3</sup>
Quantitativo mínimo mensal de resíduos sólidos retirados, transportados e destinados adequadamente	1283,10	m <sup>3</sup>



**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA**  
Rua Dr. Cruz Machado, 205 – 3º e 4º Pavimentos  
Fone: 42-3521-1200 e-mail: [licitacao@uniaodavitoria.pr.gov.br](mailto:licitacao@uniaodavitoria.pr.gov.br)  
CNPJ 75.967.760/0001-71  
Site Oficial: [www.uniaodavitoria.pr.gov.br](http://www.uniaodavitoria.pr.gov.br)

Quantitativo mínimo semanal de resíduos sólidos retirados, transportados e destinados adequadamente	320,78	m <sup>3</sup>
Quantitativo mínimo diário de resíduos sólidos retirados, transportados e destinados adequadamente	53,46	m <sup>3</sup>
Número necessário de viagens diárias com veículos de caçambas cap. Nominal 16,00 m <sup>3</sup> capacidade real 14,00m <sup>3</sup>	3,82	viagens/dia
Número de dias trabalhos ao mês	24	dias
Número de viagens ao mês	91,65	viagens/mês
Número total de viagens previsto	459	viagens

**Tabela 3: número de viagens calculado para o transporte de todo o volume armazenado de resíduos sólidos, considerando veículos transportadores com capacidade real de carga de 30 m<sup>3</sup>**

PARÂMETRO	VALOR	UNIDADE
Capacidade real Caçamba Basculante (semi-reboque basculante)	30,00	m <sup>3</sup>
Prazo de execução (meses)	5,00	meses
Volume estimado de resíduos sólidos armazenados	6415,51	m <sup>3</sup>
Quantitativo mínimo mensal de resíduos sólidos retirados, transportados e destinados adequadamente	1283,10	m <sup>3</sup>
Quantitativo mínimo semanal de resíduos sólidos retirados, transportados e destinados adequadamente	320,78	m <sup>3</sup>
Quantitativo mínimo diário de resíduos sólidos retirados, transportados e destinados adequadamente	53,46	m <sup>3</sup>
Número necessário de viagens diárias com veículos de caçambas cap. Nominal 40,00 m <sup>3</sup> capacidade real 30,00m <sup>3</sup>	1,78	viagens/dia
Número de dias trabalhos ao mês	24	dias
Número de viagens ao mês	42,77	viagens/mês
Número total de viagens previsto	214	viagens

**ATENÇÃO:**

**1) Na planilha orçamentária orientativa do edital é adotado como Distância Média de**



Transporte (DMT), a média das distâncias entre a ATAT do Município e as respectivas centrais de tratamento e destinação final de resíduos sólidos das empresas que apresentaram propostas comerciais para execução do objeto;

2) As licitantes deverão adotar a distância real em sua planilha da proposta comercial, no campo do DMT (aba distância transporte) da planilha modelo, entre a ATAT do Município e a Central de destinação final de resíduos da empresa;

3) As licitantes deverão listar na Relação Nominal a ser apresentada na fase de habilitação, prevista em 14.5.6.1. (Anexo 06), o tipo, tamanho e capacidade de carga dos veículos transportadores, para conferência da respectiva planilha da proposta comercial da licitante pela equipe de apoio da Comissão de Licitações, e consequente verificação do número de viagens e distâncias adotados.

Os veículos transportadores apresentados pela CONTRATADA para realização dos serviços deverão ser adequados e estarem disponíveis no prazo estipulado na Ordem de Início dos Serviços.

Considerando a otimização do serviço de transporte, o carregamento deverá promover a maior compactação possível dos resíduos na caçamba, visto que a remuneração dos serviços será por peso (toneladas), sem ultrapassar os limites de capacidade de carga das rodovias de trânsito do transporte.

Por interesse e capacidade operacional da contratada, poderá ser ampliado o número de caminhões e a capacidade volumétricas das caçambas, objetivando redução de prazo de execução contratual, desde que dentro da capacidade de uso da balança rodoviária do Município (comprimento de 18,00 metros) e dos limites de capacidade de carga das rodovias conforme legislação de trânsito do transporte.

A Contratada deverá observar e cumprir rigorosamente os requisitos e previsões das Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho e Emprego em todas as etapas do escopo do objeto da Contratação, inclusive os requisitos e as medidas de prevenção previstos na **NR 38 - Segurança e saúde no trabalho nas atividades de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos**.

É recomendado a CONTRATADA providenciar Seguro de Responsabilidade Civil Ambiental com cobertura para danos ambientais causados por acidentes ou atividades da empresa que possam atingir terceiros, bem como Seguro de Transportes com Cobertura Ambiental, ou endosso de seguro(s) já existente(s), visando cobertura proporcional a contratação do objeto deste Termo de Referência, acerca do qual o Edital especificará.

O presente Termo de Referência não tem objetivo de contemplar aspectos de segurança do trabalho ou de segurança das instalações, veículos e equipamentos, bem como aspectos relacionados à legislação de trânsito em vigor, sendo estes de integral responsabilidade da empresa contratada, devendo a empresa contratada observar e cumprir a legislação vigente, bem como normas técnicas (ABNT) e Normas Regulamentadoras pertinentes, contratar seguros adequados à finalidade, etc.

#### **4.3.3. ESPECIFICAÇÕES PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRIAGEM E DE DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS**

Os resíduos sólidos oriundos da limpeza das vias públicas após as enchentes do Rio Iguaçu são





constituídos principalmente de Resíduos da Construção Civil (RCC) e Resíduos de Limpeza Urbana (RLU), sendo estes estimados em 88,10% em volume e 11% em volume, respectivamente. A caracterização qualitativa dos resíduos sólidos encontra-se no Relatório de Caracterização de Resíduos Sólidos, Anexo A, ao final deste Termo de Referência.

Os resíduos sólidos armazenados na Área de Transbordo e Armazenamento Temporário de resíduos da construção civil e resíduos volumosos (ATAT) do Município **se encontram misturados**, sendo de integral responsabilidade da Contratada proceder com a triagem, segregação, classificação e destinação final dos resíduos sólidos conforme as normas técnicas da ABNT: NBR 15112, NBR 15113, NBR 15114, NBR 10.004, NBR 13.896, NBR 10.157 e legislação vigente.

Para o serviço de destinação final ambientalmente adequada, a contratada deverá receber as cargas transportadas na Unidade/Central de tratamento de resíduos sólidos Classe IIA e IIB e/ou Área de Transbordo e Triagem de resíduos da construção civil e resíduos volumosos (ATT conforme NBR 15112) de responsabilidade da empresa contratada.

A Unidade/Central de Tratamento de Resíduos Sólidos (CTR) deverá estar com todas as licenças vigentes, inclusive **Licença Ambiental de Operação** para as atividades de tratamento/destinação final e de disposição final de resíduos sólidos não perigosos (Classe II) e perigosos (Classe I).

No caso de destinação final dos resíduos sólidos em Unidade/Central de Tratamento de Resíduos Sólidos situada em outra Unidade da Federação, a CONTRATADA deverá providenciar todas as Autorizações Ambientais (AA, AuA, etc.) e/ou quaisquer autorizações e documentações necessárias de acordo com a legislação vigente de cada Estado da Federação, sendo a CONTRATADA a única responsável pela elaboração de Relatórios de descrição dos rejeitos, laudos técnicos, emissão de Anotações de Responsabilidade Técnica, requerimentos de Autorizações Ambientais, bem como assumindo todos os custos, taxas e despesas associados à autorizações e elaboração de documentações necessárias.

As regras quanto à subcontratação estão descritas no item 6.

- **Destinação Final dos Resíduos Sólidos:**

Do montante de resíduos sólidos de enchente armazenados, é estimado que 88,10% em volume são Resíduos de Construção Civil – RCC, conforme caracterização realizada. Portanto estima-se que 5652,07 m<sup>3</sup> dos resíduos sólidos armazenados na ATAT sejam de Resíduos de Construção Civil – RCC.

Dessa forma, após recolhidos e transportados para central de triagem e de tratamento de resíduos de construção civil da empresa contratada, os **Resíduos de Construção Civil – RCC** deverão ser triados e em seguida destinados adequadamente, conforme sua classificação e conforme estabelecido nas Resoluções CONAMA 307/2002 alterada pela CONAMA 448/2012, que estabelecem o seguinte:

- Classe A: deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados ou encaminhados a aterro de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;
- Classe B: deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;



- Classe C: deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.<sup>2</sup>
- Classe D: deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.<sup>3</sup>

O Quadro 1 apresenta a destinação final ambientalmente adequada dos RCC conforme sua classificação.

**Quadro 1: Destinação final ambientalmente adequada dos RCC conforme a classe**

CLASSIFICAÇÃO	DESTINAÇÃO FINAL
RCC CLASSE A	Reutilização ou reciclagem na forma de agregados ou encaminhamento a aterro de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros. Ex: Usina reciclagem RCC (NBR 15114:2004), britagem para obtenção de agregados.
RCC CLASSE B	Reutilização, reciclagem ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura. Ex: Usina reciclagem RCC, trituração de madeiras para obtenção de cavacos (recuperação energética).
RCC CLASSE C	Esses resíduos deverão ser submetidos a tratamento e disposição final conforme sua classificação quanto à sua periculosidade segundo a NBR 10004 (ABNT, 2004). Ex: Resíduos classe II A -> Aterro Classe II A Resíduos classe I -> Aterro Classe I

---

<sup>2</sup> Considerando que os RCC e volumosos classificados como Classe C são os resíduos para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem ou recuperação, estes deverão ser destinados através de disposição final ambientalmente adequada em aterros para resíduos sólidos Classe II, ou aterros para resíduos sólidos Classe I, conforme sua classificação quanto à sua periculosidade segundo a NBR 10004 (ABNT, 2004). Essa disposição consiste na distribuição ordenada de rejeitos em aterros, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos.

<sup>3</sup> Considerando que os RCC classificados como Classe D eventualmente presente no montante de resíduos a ser destinado, seriam telhas e demais objetos e materiais que contenham amianto e/ou latas de tintas e de solventes com resíduos, estes deverão ser destinados através de disposição final ambientalmente adequada em aterros licenciados para resíduos sólidos Classe I (resíduos perigosos).



CLASSIFICAÇÃO	DESTINAÇÃO FINAL
RCC CLASSE D	Esses resíduos deverão ser submetidos a tratamento e disposição final conforme sua classificação quanto à sua periculosidade segundo a NBR 10004 (ABNT, 2004). Ex: Resíduos classe I -> Aterro Classe I

Fonte: SCHALCH *et al.*, 2019. Resíduos Sólidos. Conceitos, Gestão e Gerenciamento, adaptado de BRASIL (2012)

O restante do montante de resíduos sólidos de enchente armazenados (11,90%) são resíduos sólidos classe II A.

Os **resíduos sólidos classe II A**, como roupas e tecidos em geral (cerca de 0,70% em volume), portanto rejeitos, devem ser destinados em Aterro licenciado para resíduos Classe II.

Os **resíduos arbóreos** em geral, como galhos e troncos de árvores (11% em volume) têm como destinação final recomendada a reutilização: após triagem em central de resíduos deve passar inicialmente por processo de trituração (em triturador de resíduos de poda) e assim possibilitando sua reutilização, por exemplo, como condicionador de solos ou para utilização em granjas, ou ainda, para aproveitamento do conteúdo energético (briquetagem, incineração, etc.). Após recolhidos e triados, eventuais **pneumáticos inservíveis** presentes deverão ser destinados adequadamente, conforme estabelecido na Resolução CONAMA 416/2009:

- Destinação ambientalmente adequada de pneus inservíveis: procedimentos técnicos em que os pneus são descaracterizados de sua forma inicial, e que seus elementos constituintes são reaproveitados, reciclados ou processados por outra(s) técnica(s) admitida(s) pelos órgãos ambientais competentes, observando a legislação vigente e normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança, e a minimizar os impactos ambientais adversos. Exemplos de formas de destinação ambientalmente adequada: laminação e granulação.

Conforme Instrução Normativa Nº 9 - IBAMA, de 20 de julho de 2021, as empresas destinadoras de pneus inservíveis devem estar inscritas no CTF/APP, nos termos da Instrução Normativa nº 6, de 2013, e suas alterações, bem como a atividade de destinação final de pneus inservíveis devem estar devidamente licenciada pelo órgão ambiental competente.

A Unidade/Central de Tratamento de Resíduos Sólidos (CTR) deverá estar com todas as licenças vigentes, inclusive **Licença Ambiental de Operação** para as atividades de tratamento/destinação final e de disposição final de resíduos sólidos não perigosos (Classe II) e perigosos (Classe I).

Para a execução destes serviços de DESTINAÇÃO FINAL dos resíduos sólidos de desastre natural são necessários diversos equipamentos e veículos na Central de Tratamento de Resíduos Sólidos (CTR) da Contratada, de uso da Unidade de Tratamento de Resíduos Sólidos, ou seja, que **não são para uso exclusivo** da destinação dos resíduos sólidos objeto desta licitação, como por exemplo: Escavadeira Hidráulica sobre esteiras ou retroescavadeira para manejo dos resíduos sólidos; caminhão caçamba basculante; britador adequado para RCC Classe A; triturador de resíduos de poda. Os veículos e equipamentos deverão ser adequados e necessários à execução



dos serviços sendo dimensionados de forma a serem suficientes em capacidade e qualidade, para atender, de maneira adequada, a execução dos serviços.

A Contratada deverá observar e cumprir rigorosamente os requisitos e previsões das Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho e Emprego em todas as etapas do escopo do objeto da Contratação, inclusive os requisitos e as medidas de prevenção previstos na **NR 38 - Segurança e saúde no trabalho nas atividades de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos**.

É recomendado a CONTRATADA providenciar Seguro de Responsabilidade Civil Ambiental com cobertura para danos ambientais causados por acidentes ou atividades da empresa que possam atingir terceiros, bem como Seguro de Transportes com Cobertura Ambiental, ou endosso de seguro(s) já existente(s), visando cobertura proporcional a contratação do objeto deste Termo de Referência, acerca do qual o Edital especificará.

O presente Termo de Referência não tem objetivo de contemplar aspectos de segurança do trabalho ou de segurança das instalações, veículos e equipamentos, bem como aspectos relacionados à legislação de trânsito em vigor, sendo estes de integral responsabilidade da empresa contratada, devendo a empresa contratada observar e cumprir a legislação vigente, bem como normas técnicas (ABNT) e Normas Regulamentadoras pertinentes.

## **5. ANÁLISE DOS RISCOS QUE POSSAM COMPROMETER O SUCESSO DA LICITAÇÃO**

5.1. Como possíveis riscos que possam comprometer o sucesso da presente licitação, ter-se-ia a possibilidade de o Município de União da Vitória contratar uma empresa que não tenha capacidade técnica e operacional e *expertise* suficientes para a realização total ou parcial dos serviços previstos neste Termo de Referência.

Neste cenário, no pior dos casos, corre-se o risco de a Contratada abandonar o Contrato durante a sua vigência, situação em que o Município ficaria sem a prestação dos serviços previstos no instrumento contratual. Para mitigar a possibilidade acima elencada, está previsto no Termo de Referência, e deve ser previsto no Edital e na Minuta de Contrato, severas penalidades à empresa que der causa à inexecução total do contrato.

Ainda, no cenário acima previsto, também existe a possibilidade de a empresa contratada não prestar o serviço de forma satisfatória, ou seja, em desacordo com o previsto no Termo de Referência. Para este cenário também há previsão de penalidades para a empresa que der causa à inexecução parcial do Objeto.

As sanções acima citadas servem para desencorajar empresas inaptas a “se aventurarem” na participação de um certame em que não tenham certeza da sua capacidade técnica, administrativa e financeira de cumprimento das especificações dos serviços.

Na tentativa de evitar o quadro desastroso que exemplificamos acima, o presente Termo de Referência elenca e o Edital deve estabelecer alguns pré-requisitos mínimos que as empresas interessadas devem obrigatoriamente preencher para que possam se habilitar e, conseqüentemente, a licitante vencedora possa firmar Contrato Administrativo com o Município de União da Vitória. Dentre os principais, podemos citar o(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica que deverá(ão) ser apresentado(s) na Fase de Habilitação do processo licitatório (habilitação técnica). Além do pré-requisito para habilitação técnica, haverá também no edital, a previsão de



apresentação dos demais documentos necessários, objetivando se demonstrar a capacidade dos licitantes de realizar o objeto da licitação, sendo a previsão para habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira. Através de tais documentos e requisitos para habilitação, o Município poderá se certificar que a empresa a ser contratada já realizou serviços similares anteriormente e que eles foram executados de forma satisfatória. Com isso, o Município de União da Vitória poderá contar com uma empresa experimentada e apta à realização dos serviços objeto desta licitação.

## 6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. As empresas licitantes devem, necessariamente, comprovar que possuem aptidão para execução do Objeto previsto neste Termo de Referência, sendo que essa demonstração se dará através da apresentação de Atestados de Capacidade Técnica e demais documentos exigidos na fase habilitatória da Licitação.

6.2. A contratada deverá possuir maquinário, veículos, equipamentos, ferramentas e pessoal aptos a realizar todos os serviços necessários ao cumprimento do previsto neste Termo de Referência, sendo responsável pelo planejamento, organização, logística e execução dos trabalhos, em conformidade com o indicado neste Termo de Referência.

6.3. A CONTRATADA deverá apresentar, em cada medição, além do Relatório Mensal dos Serviços (RMS), os Certificados de Destinação Final (CDFs) dos resíduos sólidos, emitidos pelas Unidades de Tratamento/Destinação autorizados e licenciados a receber os resíduos;

6.4. A CONTRATADA deverá fornecer acesso aos registros e documentos relacionados ao gerenciamento de resíduos sempre que solicitado pela CONTRATANTE ou por autoridades competentes, para fins de fiscalização e verificação do cumprimento das obrigações contratuais;

6.5. A CONTRATANTE terá o direito de realizar inspeções periódicas nos locais dos serviços, a fim de verificar se os resíduos estão sendo corretamente segregados, acondicionados e encaminhados para destinação final adequada.

### Subcontratação

6.6. Nos termos do art. 122 da Lei n.º 14.133/2021, na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração, sendo vedada a subcontratação total do objeto do contrato.

Salienta-se ainda:

*§ 3º Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe*



*função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.*

6.7. É admitida a subcontratação dos seguintes serviços na sua totalidade ou parcialidade:

- 6.7.1. Implantação (locação) de container tipo modulo habitável para escritório;
- 6.7.2. Implantação de sanitário químico independente;
- 6.7.3. Instalações elétricas que se façam necessárias no local de armazenamento dos resíduos - ATAT do Município (padrão de energia, luminárias, tomadas, interruptores);
- 6.7.4. Equipamentos de Segurança (EPIs e EPCs) e de Operação (Ex.: Guincho);
- 6.7.5. Segurança patrimonial (objetivando resguardar a segurança de máquinas e veículos da Contratada nos períodos sem operação) na Área de Transbordo e Armazenamento Temporário de resíduos da construção civil e resíduos volumosos (ATAT) do Município (Ex.: serviços de Vigilância, serviços de monitoramento por câmeras, etc.);
- 6.7.6. Locação das máquinas tipo Pá Carregadeira sobre rodas e Escavadeira Hidráulica sobre esteiras;
- 6.7.7. Destinação final de Resíduos Sólidos de Construção Civil Classe D e de resíduos sólidos perigosos em geral (Classe I), bem como de pneumáticos inservíveis que possam se encontrar presentes na massa de resíduos sólidos armazenados (vide Relatório de Caracterização de Resíduos);

6.8. Os demais serviços deverão ser executados pela própria CONTRATADA, exceto em casos específicos que serão analisados e eventualmente autorizados pela fiscalização.

6.9. A subcontratação não transferirá ao subcontratado a responsabilidade contratual pela execução, nem eximirá o contratado de entregar o objeto integralmente executado, sob pena de extinção contratual e aplicação das sanções cabíveis.

#### **Garantia da contratação**

6.10. A garantia no valor de 5% (cinco por cento) do total da contratação, nas modalidades caução, fiança bancária ou seguro-garantia, deverá ser prestada seguindo as definições dos Artigos 96, 97 e 98 da Lei nº 14.133 de 01/04/23.

6.11. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação seguindo as definições do Art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133 de 01/04/23.

#### **Vistoria**

6.12. A avaliação prévia do local de execução dos serviços de carregamento, ou seja, da Área de Transbordo e Armazenamento Temporário de resíduos da construção civil e resíduos volumosos (ATAT) do Município é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria





prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 13h30min às 17 horas, devendo as licitantes interessadas agendar com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, pelo telefone (42) 3521-1277 e/ou por contato via e-mail: [meioambiente@uniaodavitoria.pr.gov.br](mailto:meioambiente@uniaodavitoria.pr.gov.br); a vistoria não tem caráter obrigatório.

6.13. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria. **(Anexo 05)**

6.14. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal de dispensa **(Anexo 05.1)** assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

6.15. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6.16. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações do objeto da licitação.

## **7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (Art. 92, XIV, XVI e XVII)**

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e Contrato Administrativo decorrente e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

7.2. Emitir Anotação de Responsabilidade Técnica - ART após a assinatura do contrato e encaminhar minuta desta ao fiscal do contrato, para conferência, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, após a assinatura do contrato;

7.3. Assegurar a execução do objeto, a proteção e a conservação dos serviços executados bem como, respeitar rigorosamente as especificações deste Termo de Referência e as recomendações da ABNT;

7.4. Cumprir as normas de segurança e saúde no trabalho, garantindo condições seguras e adequadas para os trabalhadores envolvidos nos serviços.

7.5. Manter, em todos os locais de serviços, um seguro sistema de sinalização e segurança, também em vias públicas, de acordo com as normas de segurança do trabalho;

7.6. Dar ciência à fiscalização da ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a conclusão do objeto deste Contrato;



**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA**  
Rua Dr. Cruz Machado, 205 – 3º e 4º Pavimentos  
Fone: 42-3521-1200 e-mail: [licitacao@uniaodavitoria.pr.gov.br](mailto:licitacao@uniaodavitoria.pr.gov.br)  
CNPJ 75.967.760/0001-71  
Site Oficial: [www.uniaodavitoria.pr.gov.br](http://www.uniaodavitoria.pr.gov.br)

- 7.7. Manter no local da execução do objeto deste Contrato, devidamente atualizado, Livro Diário de Ocorrência/Diário de Serviços;
- 7.8. Não manter em seu quadro de pessoal menores em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não manter, ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- 7.9. Respeitar os prazos estipulados para a execução dos serviços, entrega das etapas (quantitativo mensal) e conclusão final da execução;
- 7.10. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive a reserva de cargos prevista em lei;
- 7.11. Fornecer em tempo hábil os materiais, veículos, máquinas, equipamentos e demais recursos necessários para a execução dos serviços;
- 7.12. Examinar completamente o Termo de Referência, as especificações técnicas, memoriais e todos os documentos, obtendo todas as informações necessárias sobre qualquer ponto duvidoso do objeto, se responsabilizando inteiramente pela apresentação da planilha de serviços para uma proposta de preços completa e satisfatória;
- 7.13. Participar e firmar a ata da reunião de partida;
- 7.14. Elaborar, para apresentação e aprovação na reunião de partida, o cronograma físico de execução.
- 7.15. Providenciar a baixa da ART, em caso de extinção contratual;
- 7.16. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de equipamentos ou materiais empregados.
- 7.17. Reparar, corrigir, remover, reexecutar ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de equipamentos e materiais empregados e destinações finais de resíduos;
- 7.18. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou ao acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;



7.19. Efetuar comunicação ao CONTRATANTE, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

7.20. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

7.21. A CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até a data do faturamento, os seguintes documentos, em vias impressas:

7.21.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

7.21.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

7.21.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

7.21.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

7.21.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

7.21.6. Duas vias impressas do Relatório Mensal Final (RMF), contendo o descritivo dos serviços executados diariamente, contendo no mínimo 01 (uma) imagem fotográfica, colorida e datada, por dia de trabalho, perfazendo um total de no mínimo 20 (vinte) imagens fotográficas como anexo do relatório mensal.

7.21.7. Cópias dos Certificados de Destinação Final (CDFs) gerados por meio do SINIR, bem como dos Relatório Diário de Serviços (RDS) e Relatório Mensal Final (RMF) elaborados pela CONTRATADA e dos comprovantes de pesagem (*tickets*).

7.22. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução dos serviços.

7.23. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, veículos, máquinas, documentos e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

7.24. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

7.25. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, Plano de



**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA**  
Rua Dr. Cruz Machado, 205 – 3º e 4º Pavimentos  
Fone: 42-3521-1200 e-mail: [licitacao@uniaodavitoria.pr.gov.br](mailto:licitacao@uniaodavitoria.pr.gov.br)  
CNPJ 75.967.760/0001-71  
Site Oficial: [www.uniaodavitoria.pr.gov.br](http://www.uniaodavitoria.pr.gov.br)

Trabalho ou instrumento congênere.

7.26. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

7.27. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

7.28. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021);

7.30. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021);

7.31. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

7.32. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no Art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

7.33. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

7.34. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

7.35. Elaborar, o Relatório Diário de Serviços (RDS) com data e fotos dos serviços executados e enviar para a fiscalização, com entrega de forma semanal, registrando e documentando todas as atividades, ocorrências, etapas de execução, veículos utilizados, mão de obra empregada, equipamentos, condições climáticas, e demais informações relevantes relacionadas aos serviços.

7.36. Observar as demais obrigações deste Termo de Referência e demais anexos.

#### **Obrigações específicas da contratada**

7.37. A CONTRATADA responderá por todas as despesas e obrigações relativas a recrutamento, salário, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, adicionais, horas extras, vale transporte,



veículo adequado para os deslocamentos até as frentes de trabalho, vale alimentação, cesta básica, alojamento, assistência médica, seguro contra acidentes e quaisquer implicações da natureza trabalhista e, notadamente, pelo fiel cumprimento dos dispositivos da Consolidação das Leis de Trabalho e legislação correlata;

7.38. A CONTRATADA será a única responsável pelos pagamentos de indenizações decorrentes de acidentes, atos ou fatos causados pela CONTRATADA, através de seus veículos/equipamentos, empregados ou de pessoal contratado, que provoque danos ou prejuízos pessoais ou materiais, à CONTRATANTE, a terceiros ou à população;

7.39. Apresentar, mensalmente, à CONTRATANTE, até o 5º (quinto) dia útil que se seguir ao vencimento do prazo estabelecido em lei para o recolhimento das contribuições devidas à Previdência Social e FGTS, os comprovantes de tal recolhimento, ficando assegurado à CONTRATANTE, na hipótese de recusa ou falta de exibição de tais comprovantes, o direito de sustar o pagamento de quaisquer faturas, até que se cumpra aquela obrigação, sem prejuízo de aplicação de outras sanções ou ainda sob pena de rescisão contratual;

7.40. Responsabilizar-se pelo pagamento dos encargos fiscais, tributários, sociais, trabalhistas, previdenciários e outros que resultem dos compromissos assumidos diante da contratação;

7.41. Prover toda a mão de obra, materiais, máquinas, veículos/equipamentos, insumos e ferramentas convencionais ou especiais, necessários à total e perfeita execução dos serviços objeto da contratação, através de profissionais habilitados e qualificados;

7.42. Quando da seleção de seu pessoal deverá adotar medidas que visem à contratação de operários idôneos, a fim de atender às exigências de qualidade na prestação dos serviços;

7.43. Impedir terminantemente os empregados a fazerem triagem de resíduos sólidos em benefício próprio, ingerirem bebidas alcoólicas em serviço, bem como, solicitar ou receber gorjetas ou donativos de qualquer espécie;

7.44. Responsabilizar-se pelo bom comportamento de seu pessoal no local dos serviços;

7.45. Tomar todas as providências no sentido de serem cumpridas, rigorosamente, por seus empregados e eventuais prestadores de serviços, as normas de higiene e de segurança do trabalho vigentes;

7.46. Manter seus empregados devidamente registrados e segurados contra acidentes de trabalho, de acordo como os preceitos legais vigentes (e.g. Lei 6514/77; Portaria 3214/78);

7.47. Manter ativa e operante a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), seguindo os preceitos legais da NR-5, se aplicável;

7.48. Seguir e cumprir as normas de segurança do trabalho, sob única e exclusiva responsabilidade, fornecendo e obrigando seus empregados a utilizarem Equipamentos de Proteção Individual e uniformes que se fizerem necessários no exercício de suas funções;

7.49. Apresentar, nos locais e horários de trabalho especificados neste Termo de Referência, os funcionários devidamente asseados e uniformizados. Os funcionários deverão utilizar-se de luvas, capas protetoras durante os dias de chuva, além dos uniformes e dos vestuários de segurança que se fizerem necessários para o perfeito atendimento às normas de higiene e de segurança do trabalho e à execução dos serviços;

7.50. É vedado à CONTRATADA proceder a alterações, remanejamentos ou quaisquer outras formas de mudanças, independentemente da denominação utilizada, que efetivamente venham a trazer alterações nos planos, em qualquer de suas formas ou características sem prévia aprovação e autorização da CONTRATANTE, sob pena de nulidade do ato e das sanções previstas neste Edital,



ou outras previstas em legislações próprias, respondendo a CONTRATADA civil e criminalmente pelo ato verificado;

7.51. Observância de todas as prescrições relativas às leis trabalhistas e de previdência social com relação aos funcionários que executarão os serviços previstos no Contrato decorrente desta licitação, sendo considerada neste particular, como única empregadora. Para tanto, deverá a CONTRATADA, respeitar os pisos salariais das categorias envolvidas, homologadas pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT), além de outras determinações pertinentes;

7.52. Não obstante aos procedimentos administrativos e contratuais citados no item retro, ainda que adotadas tais medidas, não caberá, em qualquer hipótese, ao CONTRATANTE, qualquer responsabilidade trabalhista e previdenciária com relação aos empregados e prestadores de serviços da CONTRATADA;

7.53. É absolutamente vedada por parte do pessoal da CONTRATADA a execução de serviços que não sejam objeto do presente Termo de Referência;

7.54. Qualquer substituição, de funcionários e elementos técnicos da equipe, deverá ser antecipadamente submetida à aprovação do CONTRATANTE;

7.55. O CONTRATANTE, através de notificação por escrito, poderá exigir, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas o afastamento de quaisquer funcionários ou prestadores de serviços da CONTRATADA que considere inconveniente à perfeita execução dos serviços contratados. Em caso de dispensa não caberá ao CONTRATANTE, qualquer ônus ou responsabilidade;

7.56. O CONTRATANTE não assumirá a responsabilidade pelo pagamento de impostos e encargos que competirem à CONTRATADA, nem se obrigará a fazer-lhes restituições ou reembolsos de valores principais e acessórios que esta depender com esses pagamentos;

7.57. Utilizar materiais de boa qualidade, próprios para as atividades a serem desempenhadas, devidamente atestados pelos órgãos públicos de controle (Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Agricultura, Inmetro ou equivalente) e mão de obra especializada;

7.58. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de trabalho que eventualmente ocorram na execução dos serviços contratados;

7.59. Utilizar mão de obra idônea e especializada, bem como assegurar as condições necessárias ao cumprimento das especificações dos serviços elencadas neste Termo de Referência;

7.60. Assumir integral responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que realizar, bem como pelos danos decorrentes da realização dos mesmos;

7.61. Fornecer a seus empregados e, caso cabível, aos prestadores de serviços, todo o ferramental, equipamentos, materiais de consumo, EPI's e EPC's necessários à execução dos trabalhos;

7.62. Efetuar, de imediato, o afastamento de qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados inconvenientes ou insatisfatórios ao bom andamento dos serviços;

7.63. Comunicar, por escrito, ao Fiscal do Contrato, a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;

7.64. A CONTRATADA se comprometerá a manter as máquinas, equipamentos e seus acessórios sempre em boas condições de conservação, uso e segurança, responsabilizando-se por quaisquer danos decorrentes do uso indevido ou imperícia de seus prepostos;

7.65. Providenciará a imediata correção das deficiências suscitadas pelo(a) Fiscal ou pelo(a) Gestor(a) do Contrato;





7.66. Assumir objetivamente, inteira responsabilidade civil e administrativa pela execução dos serviços, correndo por sua conta os ônus inerentes ao serviço prestado, tais como: encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributos, taxas, licenças, férias e documentos concernentes ao contrato, inclusive seguros contra acidentes de trabalho, bem como de indenizar todo e qualquer dano/prejuízo pessoal e material causados, voluntária ou involuntariamente, por seus prepostos durante e/ou em consequência da execução dos serviços contratados, providenciando, imediata reparação dos danos ou prejuízos impostos à Contratante ou a Terceiros, inclusive, se houver, as despesas com custas judiciais e honorários advocatícios;

7.67. A CONTRATADA deverá realizar a entrega, em duas vias impressas, do Relatório Mensal Final (RMF) junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA, sempre até o 5º dia útil do mês seguinte ao mês de referência dos serviços executados, contendo o descritivo e o quantitativo dos serviços executados diariamente,

7.67.1. A não elaboração e entrega do RMF em duas vias impressas à fiscalização será considerado descumprimento contratual, além de fato impeditivo à medição mensal dos serviços, passível ainda de aplicação de multas;

7.68. O planejamento dos serviços é de responsabilidade da CONTRATADA. Os serviços deverão executados conforme PLANO DE TRABALHO a ser elaborado pela CONTRATADA e submetido à aprovação da fiscalização da Contratante;

7.69. Qualquer fator que impeça o fiel cumprimento das jornadas de trabalho estipuladas, ainda que sejam estas relacionadas a dificuldades operacionais, deverá ser comunicado formalmente à SEMMA para análise e eventuais providências;

7.70. Caberá a CONTRATADA zelar pelo bom uso, limpeza e conservação das instalações e equipamentos de que se serve a equipe em sua área de atuação quer pertençam à Administração ou à própria CONTRATADA, relatando imediatamente à Fiscalização da CONTRATANTE quaisquer ocorrências de responsabilidade dos membros de sua equipe ou de terceiros, que impliquem em danos às mesmas;

7.71. Deverão ser adotados procedimentos que minimizem os incômodos causados à população em geral pela execução dos serviços, particularmente no que se refere à produção excessiva e/ou desnecessária de poeira e ruídos;

7.72. É de competência exclusiva da CONTRATADA, recrutar e fornecer toda a mão de obra, direta e indireta, necessária à execução dos serviços, inclusive encarregados/supervisores e/ou gerente de campo, pessoal de apoio operacional e administrativo e Responsável Técnico legalmente habilitado;

7.73. Os dimensionamentos de insumos, EPIs e EPCs, veículos e máquinas estimados nos quadros deste Termo de Referência ou em seus anexos, estão sendo fornecidos a título de orientação. É responsabilidade da licitante dimensionar estes insumos e equipamentos necessários à execução dos serviços com base em sua experiência.

7.73.1. Na planilha orçamentária orientativa do edital é adotado como Distância Média de Transporte (DMT), a média das distâncias entre a ATAT do Município e as respectivas centrais de tratamento e destinação final de resíduos sólidos de empresas especializadas que apresentaram propostas comerciais para execução do objeto. As licitantes deverão adotar a distância real em sua planilha da proposta comercial, no campo do DMT (aba distância transporte) da planilha modelo, entre a ATAT do Município e a Central de destinação final de resíduos da empresa;

7.74. Durante toda a vigência do Contrato, a CONTRATADA deverá cumprir as obrigações



previstas nas Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho e Emprego, a exemplo da NR 38 (Segurança e Saúde no trabalho nas atividades de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos) e da NR 24 (Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho), bem como às disposições previstas nas normas técnicas da ABNT.

7.75. A CONTRATADA deverá cumprir com todas as obrigações previstas nas Convenções Coletivas de Trabalho - CCTs das categorias, incluso pisos salariais e seus reajustes, benefícios, entre outros, respeitando a vigência da CCT e a sua data-base, independentemente de tramitação e/ou do deferimento de solicitação formal de Reajuste, Repactuação ou Reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato junto à CONTRATANTE;

## **8. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. Emitir Ordem de Serviço, autorizando a Contratada a iniciar a execução dos serviços;

8.2. Fornecer todos os documentos e informações necessárias para a total e completa execução do objeto da presente contratação;

8.3. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, após a devida comprovação da execução dos serviços, conforme as medições e seus respectivos valores;

8.4. Garantir à CONTRATADA o acesso à documentação técnica necessária para a execução do objeto da presente contratação;

8.5. Garantir à CONTRATADA livre acesso ao local da ATAT e da balança rodoviária;

8.6. Organizar e participar de reunião de partida, firmando a respectiva ata;

8.7. Realizar o acompanhamento e a fiscalização da execução dos serviços, verificando o cumprimento das especificações técnicas, dos prazos, da qualidade dos serviços e dos materiais utilizados.

8.8. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes no Edital de licitação e seus anexos, bem como com a proposta, para fins de aceitação e, após, para o recebimento definitivo;

8.9. Comunicar ao contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

8.10. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecidas pelo contratado, no que couber;

8.11. Emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato, no prazo de 15 dias úteis;



8.12. Ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

8.13. Adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência.

8.14. Realizar o recebimento provisório e definitivo do objeto, conforme as condições estabelecidas no contrato, verificando a conformidade dos serviços com as especificações, bem como a qualidade dos serviços e a conclusão dos trabalhos.

8.15. Manter organizada e arquivada toda a documentação relacionada à contratação dos serviços, incluindo contratos, aditivos, pagamentos, medições, correspondências, relatórios e demais registros pertinentes.

8.16. Solicitar e acompanhar a garantia dos serviços, os equipamentos utilizados, e as comprovações documentais da destinação final adequada dos resíduos sólidos;

8.17. Gerir eventuais alterações, ajustes ou modificações no Termo de Referência ou nas especificações dos serviços, avaliando os impactos, negociando os termos e formalizando as mudanças por meio de aditivos contratuais, quando necessário.

## **9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

9.1. O descumprimento das disposições contidas neste Termo de Referência e/ou contratuais sujeita a CONTRATADA às seguintes sanções administrativas:

9.1.1. advertência;

9.1.2. multa;

9.1.3. suspensão temporária de participação em licitação;

9.1.4. impedimento de contratar com a PMUVA;

9.1.5. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar (enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até sua reabilitação perante autoridade que aplicou a penalidade);  
e

9.1.6. descredenciamento do sistema de registro cadastral.

9.2. Todas as sanções previstas nesse documento poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa. (Art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.3. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.



9.4. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à PMUVA, esse será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

9.5. As sanções administrativas serão aplicadas em procedimento administrativo autônomo, garantindo-se o contraditório e ampla defesa à CONTRATADA.

9.6. Antes da aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação. (Art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas aplicáveis, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o Contratante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações cabíveis, bem como pelas infrações administrativas previstas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, nesses casos a duração observará o prazo previsto no (Art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021).

9.9. A fixação de multas compensatórias ou moratórias não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar, caso o valor do dano seja superior ao valor da multa aplicada. A aplicação das sanções previstas neste documento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados. (Art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (Art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.11. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.12. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- 9.12.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 9.12.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 9.12.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 9.12.4. os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
- 9.12.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

#### **9.13. DA SEVERIDADE**



9.13.1. As sanções de advertência e multa serão aplicadas conforme a graduação a seguir:

-Grau de Severidade Leve (L1) = advertência;

-Grau de Severidade Moderado (M1, M2 e M3) = aplicação de Multas:

M1 = multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação

M2 = multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação; e

M3 = multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação.

-Grau de Severidade Grave (G1 e G2) = aplicação de sanção:

G1 = multa de 0,7% (zero vírgula sete por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação; e

G2 = Rescisão contratual cumulada com multa de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.

9.13.2. O grau de severidade inicial da pena será determinado considerando a conduta e a primariedade ou a reincidência da CONTRATADA, conforme tabela a seguir:

ITEM	CONDUTAS	Ocorrência e reincidência					
		Grau de severidade					
		Leve	Moderado			Grave	
		L1	M1	M2	M3	G1	G2
1	O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, do Termo de Referência, especificações ou prazos	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
2	O não cumprimento de cláusulas contratuais, do Termo de Referência, especificações ou prazos		1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez
3	A paralisação do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
4	Atraso injustificado do início da execução do contrato de prestação de serviços				1ª vez		
5	Não manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez



ITEM	CONDUTAS	Ocorrência e reincidência					
		Grau de severidade					
		Leve	Moderado			Grave	
		L1	M1	M2	M3	G1	G2
6	Apresentar documento falso ou fazer declaração falsa						1ª vez
7	Agir em desconformidade legal na relação contratual						1ª vez
8	Abandonar a execução do contrato						1ª vez
9	Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o contrato						1ª vez
10	Criar embaraços ou deixar de prestar informações que possam contribuir com o processo de fiscalização contratual	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
11	Deixar de entregar a documentação exigida no Termo de Referência e/ou contrato	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
12	Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada ou recusar-se a apresentar documentos complementares relacionados à sua habilitação, (documentação fiscal, documentação trabalhista e/ou documentação previdenciária), quando solicitado, ou, ainda, perder as condições de habilitação exigidas.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez

9.13.3. O rol das infrações descritas na tabela acima não é exaustivo, não excluindo a aplicação de outras sanções previstas em lei.

9.13.4. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato.

9.13.5. Em caso de atraso ou não cumprimento de obrigação, a severidade inicial da sanção será elevada a cada 05 (cinco) dias úteis, caso a obrigação não seja devidamente adimplida, implicando





a cumulação das graduações da(s) sanção(ões) aplicada(s) (L1 + M1 + M2 + M3 + G1 + G2), excetuadas as penas de multas específicas.

9.13.6. No caso de atraso por mais de 30 (trinta) dias, ou de o somatório das multas aplicadas por atraso ou inadimplemento ultrapassarem o percentual de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, fica facultada à PMUVA rescindir unilateralmente o contrato.

#### **9.14. DA MORATÓRIA**

9.14.1. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, para todo o período de atraso, no caso de atraso injustificado na entrega dos serviços, limitada a incidência de 30 (trinta) dias. O atraso superior a 30 (trinta) dias autorizará a Administração a promover o cancelamento do Contrato.

9.14.2. O valor máximo da multa será equivalente a 30 (trinta) dias corridos de atraso. A partir deste momento, além da multa, aplica-se o impedimento de licitar e contratar, podendo, à critério da Administração, configurar inexecução total da obrigação assumida, culminando na rescisão do contrato.

9.14.3. Moratória de 2% (dois por cento) por dia, sobre o valor total do Contrato, em caso de atraso injustificado no início da execução da Previsão Contratual, superior a 5 (cinco) dias úteis, limitada a incidência a 10 (dez) dias úteis. A multa está limitada a 10% (dez por cento) do valor total do Contrato.

9.14.4. Após o décimo dia útil e a critério da Administração, nos casos de atrasos injustificados no início da execução da Previsão Contratual, poderá ocorrer a não aceitação, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução parcial do contrato: Compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato, no caso de inexecução parcial da obrigação assumida.

9.14.5. Compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

9.14.6. Compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da contratação, nos casos de rescisão contratual por culpa do Contratado.

### **11. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de execução**

11.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

#### **Reunião de alinhamento:**

11.2. Será realizada uma reunião inicial de alinhamento, em até **5 (cinco) dias úteis** após a assinatura do contrato, entre a empresa CONTRATADA e a equipe de fiscalização. O objetivo é alinhar as informações pertinentes à execução dos serviços contratados, discutindo eventuais especificidades. Essas informações serão fundamentais para a correta execução dos serviços.



#### **Reunião de partida:**

11.3. A reunião de partida tem como objetivo alinhar os itens necessários para emitir **a ordem de serviço**. Será discutido o plano de ataque proposto pela CONTRATADA, com base no seu planejamento. Serão verificadas as informações essenciais para garantir o cumprimento dos prazos de execução.

#### **Reunião periódicas:**

11.4. No decorrer do contrato, serão realizadas reuniões periódicas sob a responsabilidade do gestor e equipe de fiscalização do contrato, visando garantir o acompanhamento adequado e o controle efetivo do andamento dos trabalhos.

#### **Início da execução do objeto:**

11.5. A execução do objeto terá início quando do recebimento da ordem de serviço.

#### **Equipamentos, veículos e serviços a serem disponibilizados**

11.6. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os veículos, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, bem como pessoal e serviços conforme as especificações do item **4. Descrição da Solução como um Todo**, inclusive, promovendo sua substituição quando necessário, além das consideradas necessárias pela experiência da empresa e determinadas/recomendadas pela fiscalização.

### **12. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

#### **Contrato**

12.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

12.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilamento.

12.3. As comunicações entre a CONTRATANTE e A CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.4. A CONTRATANTE poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

12.5. Após a assinatura do contrato, a CONTRATANTE poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà, por exemplo, informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da



CONTRATADA, dos cronogramas e planejamentos de execução, e quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Preposto**

12.6. A CONTRATADA designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da execução dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

12.7. A CONTRATANTE poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a CONTRATADA deverá designar outro para o exercício da atividade.

### **Fiscalização**

12.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput);

12.9. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

12.10. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117);

12.11. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

12.12. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

12.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;

12.14. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual;

12.15. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;



12.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

### **Gestor do Contrato**

12.17. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

12.18. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

12.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

12.20. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;

12.21. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;

12.22. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **13. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Dos Critérios**

13.1. Os critérios de medição e pagamento serão estabelecidos com base nas etapas e quantidades executadas, de acordo com as unidades de medida definidas neste Termo de Referência e planilha orçamentária – P.O. Os pagamentos serão realizados mediante a apresentação de documentos comprobatórios da execução dos serviços.

13.1.1. A unidade de medida estabelecida para fins de medição mensal dos serviços do objeto deste Termo de Referência é **por tonelada** de Resíduos Sólidos de Desastre Natural carregados, transportados e destinados adequadamente, de acordo com a legislação vigente, bem como todas as especificações e documentações necessárias.



13.1.2. O valor do faturamento dos serviços de carregamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada, de acordo com a legislação vigente, dos Resíduos Sólidos de Desastre Natural será sobre a quantidade de resíduos comprovadamente pesada em balança rodoviária.

13.1.3. O valor unitário por tonelada de Resíduos Sólidos de Desastre Natural será o da planilha de composição de custos validada e homologada no âmbito da licitação pelo servidor responsável designado para elaboração e análise de planilhas de composição de custos.

13.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

13.2.1. Não produziu os resultados acordados;

13.2.2. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade e quantidade/produtividade mínima mensal exigida para as atividades CONTRATADAS; ou

13.2.3. Deixar de utilizar materiais, equipamentos, veículos e recursos humanos exigidos para a execução dos serviços, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

13.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

13.3.1. Seguir o encaminhamento deste Termo de Referência e Plano de Trabalho da Contratada validado pela equipe de fiscalização da Contratante;

13.3.2. Seguir o cronograma, planejamento e etapas corretas para execução das atividades;

13.3.3. Ser executado na totalidade sem pendências, com qualidade e quantidade prevista para o escopo do serviço, bem como utilizando equipamentos e veículos aprovados previamente em solução de comum acordo com a fiscalização;

13.3.4. Elaborar, de forma diária, o Relatório Diário de Serviços (RDS) com data e fotos dos serviços executados e enviar para a fiscalização semanalmente em arquivo digital;

13.3.5. A não elaboração e entrega semanalmente do RDS será considerado descumprimento contratual, passível de aplicação de multas.

13.3.6. A Contratada deverá apresentar, em cada medição mensal, além do Relatório Mensal dos Serviços (RMS), os Manifestos de Transporte (MTR), os Certificados de Destinação Final (CDFs) dos resíduos sólidos, gerados por meio do SINIR, pelas Unidades de Tratamento/Destinação autorizados e licenciados a receber os resíduos sólidos;

### **Do recebimento**



13.4. Executados os serviços mensalmente com a produtividade mínima estabelecida neste Termo de Referência, o seu objeto será recebido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

13.4.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, com frequência mensal, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro parte integrante do Plano de Trabalho, a CONTRATADA apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada, acompanhada do Relatório Mensal Final (RMF), comprovantes de pesagem de resíduos sólidos, Certificados de Destinação Final (CDFs), etc. à Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA sempre até o 5º dia útil do mês seguinte ao mês de referência dos serviços executados.

13.4.2. Executados os serviços, estes serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 10 (dez) dias, pelos fiscais, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133).

13.4.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado, com a comprovação da prestação dos serviços através da medição prévia, juntamente do RMF, comprovantes de pesagem, Certificados de Destinação Final (CDFs) e demais documentos previstos.

13.4.4. A CONTRATADA deverá reparar, corrigir, refazer ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, equipamentos ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

13.5. Executado o contrato, o seu objeto será recebido pelo Município de União da Vitória, devendo o CONTRATANTE:

13.5.1. Dispor de Fiscal(is) Técnico(s) do contrato, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, que realizarão o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

13.5.2. Dispor de Fiscal Administrativo do contrato, através da Secretaria competente, que realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

13.5.3. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o(s) fiscal(is) do contrato irá(ão) apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento e na retenção de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

13.5.4. Indicar que será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.





13.5.5. Determinar que a fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

13.5.6. Determinar que os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

13.6. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo o CONTRATANTE os seguintes procedimentos:

13.6.1. Dispondo de Fiscal(is) Técnico(s) do contrato que realizará(ão) o recebimento definitivo do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

13.6.2. Dispondo de Fiscal Administrativo do contrato que realizará o recebimento definitivo do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

13.6.3. Para efeito de recebimento definitivo, ao final de cada período de faturamento, a comissão designada irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto elaboradas pelos fiscais e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento e na retenção de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

13.6.4. Indicando que será considerado como ocorrido o recebimento definitivo com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

13.6.5. Determinando que a fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento definitivo.

13.6.6. Determinando que os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

13.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.



13.8. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

13.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos serviços nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

13.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

13.11. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão CONTRATANTE;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) número do empenho;
- f) o valor a pagar; e
- g) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

### **13.12. Retenções tributárias**

13.12.1. A retenção de tributos incidentes sobre pagamentos efetuados a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços pelos órgãos públicos requer atenção às determinações legais vigentes. O CONTRATANTE seguirá conforme as normativas vigentes, realizando as devidas retenções tributárias de acordo com a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 2.145/2023 e/ou legislação que venha a complementá-la e/ou alterá-la.

13.12.2. A instrução normativa consiste em estabelecer diretrizes para a retenção de tributos nos pagamentos efetuados por órgãos da administração pública federal, bem como por entidades diversas, no fornecimento de bens e prestação de serviços. A retenção envolve o imposto sobre a renda, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e a Contribuição para o PIS/Pasep.

13.13. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à CONTRATANTE;

13.14. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou GMS, na impossibilidade



de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021. Devendo também o CONTRATADO entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, juntamente da Nota Fiscal ou Fatura da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- Certidão conjunta relativa aos tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

13.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF ou GMS para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito da PMUVA, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

13.16. Constatando-se, junto ao SICAF ou GMS, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

13.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

13.18. Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

13.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF ou ao GMS.

### **Prazo de pagamento**

13.20. O Município de União da Vitória efetuará o pagamento até o 30º (trigésimo) dia, contado a partir do recebimento da nota fiscal, a qual só poderá ser emitida depois do recebimento definitivo da parcela dos serviços.

13.21. No caso de atraso pelo CONTRATANTE, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice do INCC de correção monetária.



ESTADO DO PARANÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA  
Rua Dr. Cruz Machado, 205 – 3º e 4º Pavimentos  
Fone: 42-3521-1200 e-mail: licitacao@uniaodavitoria.pr.gov.br  
CNPJ 75.967.760/0001-71  
Site Oficial: www.uniaodavitoria.pr.gov.br

### **Forma de pagamento**

13.22. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

13.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

## **14. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

14.1. O CONTRATADO será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### **Regime de execução**

14.2. O regime de execução do contrato será por EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

### **Critérios de aceitabilidade de preços**

14.3. Não serão aceitas propostas com valores superiores aos estimados para esta contratação, analisando-se tanto o preço global quanto os preços unitários.

14.4. O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021).

### **Exigências de habilitação**

14.5. Quanto à Qualificação Técnico-Profissional e Técnico-Operacional (art. 67, Lei 14.133/2021), as licitantes deverão apresentar:

14.5.1. **Certificado de Registro e Regularidade da Empresa**, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, dentro de seu prazo de validade.

#### ***Atenção:***

1. Caso haja diferença nos dados constantes no Certificado (endereço, capital social, objeto social) com a última Alteração do Contrato Social, o Certificado em questão, conforme o próprio menciona – **Não terá validade e a empresa será automaticamente inabilitada.**
2. A empresa que for sediada em outra jurisdição e, conseqüentemente, inscrita no CREA de



origem, caso venha **sagrar-se vencedora** deste certame licitatório, deverá apresentar, obrigatoriamente, como condição para assinatura do contrato, o Certificado contendo o registro junto ao CREA/PR, em conformidade com o que dispõe a Lei nº 5.194/66, em consonância com a Resolução nº 1121/2019 do CONFEA.

14.5.2. **Declaração** formal, passada pelo representante legal da empresa, **indicando profissional(is)** de nível superior que comprove(m), mediante apresentação de Acervos, do respectivo Conselho Regional de Classe Profissional a que pertence, que executou serviços pertinentes ao objeto licitado e que atuará(ão) como **Responsável(is) Técnico(s)** para responder tecnicamente pelos serviços contratados, conforme o **Anexo 08 (Declaração de Responsabilidade Técnica)**;

14.5.3. Certidão de Registro Profissional e Negativa de Débitos do **profissional** indicado no item supra, para ser o responsável técnico na gerência dos serviços contratados, junto ao **CREA-PR**, dentro de seu prazo de validade.

14.5.4. Comprovação da Capacidade Técnica Profissional mediante apresentação de Atestado(s) de Responsabilidade/Capacidade Técnica fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente identificada(s), em nome do profissional, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica(s), bem como da(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT(s)) expedida(s) pelo CREA, comprovando responsabilidade técnica pela execução mínima dos seguintes serviços especificados nos itens 1, 2 e 3:

Item	Especificação dos Serviços	Unidade	Quantidade
1	Transporte de Resíduos Sólidos Classe II;	Ton.	1.906,00
2	Destinação Final ambientalmente adequada de Resíduos de Construção Civil - RCC	Ton. 00	1.681,00
		m³	2.826,00
3	Disposição Final ambientalmente adequada de Resíduos Sólidos Classe II (em aterro Classe II)	Ton.	528,00

14.5.4.1. O(s) atestado(s) deve(m) evidenciar explicitamente a execução de objeto compatível ao objeto da presente licitação - contendo descrição adequada, clara e suficiente do(s) serviço(s) executado(s) ou em execução;

14.5.4.2. A comprovação da capacidade técnica profissional (atestado de responsabilidade técnica) deverá abarcar minimamente os três (03) itens/serviços, os quais podem estar relacionados em um único Atestado, ou em Atestados apartados para cada item;

14.5.4.2.1. Em conformidade ao disposto no § 1º do art. 67, os três (03) itens acima são as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação;

14.5.4.3. O somatório de atestados, para computo de quantitativos, será admitido, desde que seja comprovada a execução concomitante dos objetos ou dos itens constantes dos atestados;



14.5.4.4. Não serão aceitos atestados emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial da proponente, nem pela própria proponente.

14.5.4.4.1. São consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da proponente empresas por ela controladas ou empresas controladoras da proponente, ou empresas que tenham, no mínimo, uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócia da empresa emitente do atestado e da proponente;

14.5.4.5. Quando faltar informação(ões) no atestado ou existir dúvida em relação à sua veracidade, serão solicitados documentos comprobatórios, tais como: cópias de notas fiscais, recibos, contratos, nota de empenho, demonstrativo de resultados, os quais deverão ser enviados por e-mail, em até 1 (um) dia, contado da solicitação, e seus originais ou cópias autenticadas encaminhados, via correio, em até 1 (um) dia após a solicitação.

14.5.5. Comprovação da Capacidade Técnica Operacional mediante apresentação de Atestado(s) de Capacidade fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente identificada(s), em nome da empresa licitante, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica(s), bem como da(s) Certidão(ões) de Acervo Operacional (CAO(s)) expedida(s) pelo CREA, comprovando a execução mínima dos seguintes serviços especificados nos itens 1, 2 e 3:

Item	Especificação dos Serviços	Unidade	Quantidade
1	Transporte de Resíduos Sólidos Classe II;	Ton.	1.906,00
2	Destinação Final ambientalmente adequada de Resíduos de Construção Civil - RCC	Ton. <b>OU</b>	1.681,00
		m <sup>3</sup>	2.826,00
3	Disposição Final ambientalmente adequada de Resíduos Sólidos Classe II (em aterro Classe II)	Ton.	528,00

14.5.5.1. O(s) atestado(s) deve(m) evidenciar explicitamente a execução de objeto compatível ao objeto da presente licitação - contendo descrição adequada, clara e suficiente do(s) serviço(s) executado(s) ou em execução;

14.5.5.2. A Comprovação da Capacidade Técnica Operacional deverá abarcar os três (03) itens/serviços, os quais podem estar relacionados em um único Atestado, ou em Atestados apartados para cada item;

14.5.5.2.1. Em conformidade ao disposto § 1º do art. 67, os três (03) itens acima são as parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação;

14.5.5.3. O somatório de atestados, para compute de quantitativos, será admitido, desde que seja comprovada a execução concomitante dos objetos ou dos itens constantes dos atestados;

14.5.5.4. Não serão aceitos atestados emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial da





proponente, nem pela própria proponente.

14.5.5.4.1. São consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da proponente empresas por ela controladas ou empresas controladoras da proponente, ou empresas que tenham, no mínimo, uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócia da empresa emitente do atestado e da proponente;

14.5.5.5. Quando faltar informação(ões) no atestado ou existir dúvida em relação à sua veracidade, serão solicitados documentos comprobatórios, tais como: cópias de notas fiscais, recibos, contratos, nota de empenho, demonstrativo de resultados, os quais deverão ser enviados por e-mail, em até 1 (um) dia, contado da solicitação, e seus originais ou cópias autenticadas encaminhados, via correio, em até 1 (um) dia após a solicitação.

14.5.6. Indicação das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, conforme descrito no item 4.3. deste Termo de Referência, por meio de Relação nominal e numérica;

a. Quanto às instalações e ao aparelhamento (veículos, máquinas e instalações a serem empregados na Área de Transbordo e Armazenamento Temporário (ATAT) de resíduos sólidos do Município) adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, as exigências/necessidades estão descritas nos itens 4.3.1. e 4.3.2. do Termo de Referência.

b. Quanto às instalações e ao aparelhamento a serem empregados para o tratamento e destinação final dos resíduos sólidos (Central de Tratamento de Resíduos da empresa), as exigências/necessidades estão descritas no item 4.3.3. *“ESPECIFICAÇÕES PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRIAGEM E DE DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS”* deste Termo de Referência.

14.5.6.1. Dessa forma, a Relação nominal e numérica, deverá individualizar através de marca, modelo, capacidade e ano de fabricação todos os veículos, máquinas e equipamentos técnicos, adequados e disponíveis para a realização dos serviços objeto desta licitação **(Anexo 06)**, bem como as unidades/centrais de Tratamento de Resíduos, devendo minimamente atender ao dimensionamento de necessidade mínima descrita no Termo de Referência e conforme listagem a seguir:

- Uma (01) Máquina tipo Pá Carregadeira sobre rodas com especificação mínima de Potência líquida de 128 HP, capacidade de caçamba 1,7 a 2,8 m<sup>3</sup>;
- Uma (01) Escavadeira Hidráulica sobre esteiras com especificação mínima de Potência Bruta de 155 HP, caçamba com capacidade mínima de 1,2 m<sup>3</sup> e peso operacional de 21 toneladas.
- Um (01) Container tipo módulo habitável para escritório com sanitário (especificações conforme SINAPI Insumos código 10775), para implantação no endereço da Área de Transbordo e Armazenamento Temporário (ATAT) de resíduos sólidos do Município;



- Veículos transportadores (caminhões), do tipo caçamba basculante, em número e capacidade adequados para recolher e transportar os resíduos sólidos de desastre natural armazenados na Área de Transbordo e Armazenamento Temporário de resíduos da construção civil e resíduos volumosos (ATAT) do Município até o local de destinação final de responsabilidade da Contratada, de forma a garantir a execução do quantitativo mínimo mensal de 1.283,00 m<sup>3</sup> (aprox. 765 ton) de resíduos retirados, transportados e destinados adequadamente OBS.: 1) o tamanho, a capacidade de carga e a quantidade de veículos transportadores (caminhões) fica à critério da empresa licitante, limitado o tamanho dos veículos ao comprimento da balança rodoviária do Município de 18,00 metros, 2) Neste item do documento, a empresa licitante deverá informar, adicionalmente à capacidade de carga e quantidade de veículos transportadores, o número diário de viagens que realizará;
- Central de Tratamento de Resíduos que contemple Área de triagem, transbordo e reciclagem de resíduos da construção civil, conforme definição da Resolução CONAMA 307/2002 e Aterro de Resíduos Classe II, devidamente licenciada e regularizada perante todos os órgãos competentes, devendo informar endereço completo e com coordenadas geográficas em UTM
- Unidade de disposição final de resíduos sólidos perigosos (Classe I), própria ou de terceiros, tendo em vista admissibilidade de subcontratação, devidamente licenciada e regularizada perante todos os órgãos competentes, devendo informar endereço completo e com coordenadas geográficas em UTM.

#### 14.5.7. Cópias das seguintes Licenças Ambientais:

14.5.7.1. Licença Ambiental para transporte de resíduos sólidos não perigosos (Classe II) e perigosos (Classe I) dentro do prazo de validade;

14.5.7.2. Licença Ambiental de Operação para as atividades de tratamento/destinação final e de disposição final de resíduos sólidos não perigosos (Classe II), que contemple:

i) Área de triagem, transbordo e reciclagem de resíduos da construção civil, no mínimo Classes A e B, conforme definição da Resolução CONAMA 307/2002; e

ii) Aterro de resíduos sólidos Classe II

14.5.7.2.1. Para o caso de unidades de disposição final de resíduos (Aterro de Resíduos Sólidos Classe II) situada no estado do Paraná, que receba resíduos sólidos urbanos conforme a definição dada pela Resolução CEMA Nº 094/2014, e com disposição diária superior a 20 toneladas de resíduos sólidos urbanos, necessário apresentar Declaração formal firmada pela licitante de que o aterro de resíduos Classe II foi objeto de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) aprovados no âmbito do licenciamento ambiental estadual acompanhada de documento de comprovação de conformidade do IAT **(Anexo 07)**;

14.5.7.2.2. Para unidades de disposição final de Resíduos Sólidos Classe II localizadas em outros Estados da Federação e que se enquadrem nas exigências de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) no âmbito do licenciamento ambiental estadual, deverá ser apresentada a mesma Declaração formal acompanhada de documento de comprovação de conformidade do órgão ambiental



estadual **(Anexo 07)**.

14.5.7.2.3. Para o caso de unidades de disposição final de resíduos (Aterro de Resíduos Sólidos Classe II) localizadas no Estado do Paraná que recebam resíduos sólidos urbanos, conforme definido pela Resolução CEMA nº 094/2014, e que não se enquadrem nas exigências de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) no âmbito do licenciamento ambiental estadual, deverá ser apresentada Declaração formal, assinada pela licitante, atestando que o quantitativo de resíduos sólidos urbanos Classe II decorrente desta contratação, conforme quantitativos previstos no Relatório de Caracterização de Resíduos (Anexo A), não impactará em disposição final diária superior a 20 toneladas de resíduos na(s) unidade(s) de disposição final **(Anexo 07.1)**. Neste caso, deve-se considerar neste cálculo os aportes diários, para aterramento, dos quantitativos de todos os demais geradores de resíduos sólidos urbanos à unidade de disposição final, bem como o incremento diário devido ao quantitativo de resíduos sólidos urbanos Classe II decorrente desta contratação (Quantitativo estimado: vide observação a seguir);

14.5.7.2.4. Para unidades de disposição final de Resíduos Sólidos Classe II localizadas em outros Estados da Federação que não se enquadrem nas exigências de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) no âmbito do licenciamento ambiental estadual, deverá ser apresentada a mesma Declaração formal **(Anexo 07.1)**.

**Observação:** O quantitativo total de resíduos sólidos urbanos Classe II objeto desta contratação, para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem ou recuperação, portanto objeto de disposição final (via de regra), é estimado em 1.777,10 m<sup>3</sup>, equivalente à 1.057,37 toneladas. Portanto, considerando o prazo de execução dos serviços, é estimado um incremento de 7,05 toneladas/dia de resíduos sólidos urbanos Classe II à(s) unidade(s) de disposição final.

14.5.7.3. Licença Ambiental de Operação para as atividades de tratamento/destinação final e de disposição final de resíduos sólidos perigosos (Classe I), que contemple minimamente Aterro de Resíduos Classe I – perigosos.

#### 14.5.8. Da Vistoria:

14.5.8.1. Os licitantes poderão vistoriar os locais onde serão executados os serviços até o segundo (2º) dia útil anterior à data fixada para disputa do Pregão Eletrônico, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldade existentes, por meio de representante devidamente habilitado.

14.5.8.2. Quando da visita, deve obter, por sua exclusiva responsabilidade, toda a informação necessária para o preparo de sua proposta. A visita ao local deverá ser agendada junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA, através dos e-mails: [albert.semmapmuva@gmail.com](mailto:albert.semmapmuva@gmail.com) e [meioambiente@uniaodavitoria.pr.gov.br](mailto:meioambiente@uniaodavitoria.pr.gov.br), com confirmação através do telefone (42) 3521-1277;

14.5.8.3. Após a visita, será emitido atestado de visita técnica **(Anexo 05)** pelo Município.

14.5.8.4. Ainda que os licitantes optem por não realizar a vistoria, deverão apresentar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições



e peculiaridades da contratação, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a contratante, conforme modelo constante no **Anexo 05.1** deste Edital.

#### **14.6. Quanto à participação de consórcios**

14.6.1. Pessoa jurídica poderá participar desta licitação em consórcio, observadas as normas estabelecidas no Art. 15 da Lei 14.133/2021, bem como as condições a seguir:

14.6.1.1. Deverá apresentar comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

14.6.1.2. Deverá apresentar indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

14.6.1.3. Será admitido, para efeito de habilitação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado;

14.6.1.4. Há impedimento de empresas consorciadas participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

14.6.1.5. Será exigida responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

14.6.1.6. O edital estabelecerá para o consórcio acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificação.

14.6.1.7. O acréscimo previsto no item 14.6.1.6. não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

14.6.1.8. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no item 14.6.1.1.;

14.6.1.9. O limite máximo para o número de empresas consorciadas é de **três (03) empresas**;

14.6.1.10. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

#### **14.6.11. Justificativa técnica para o estabelecer limite máximo para o número de empresas consorciadas.**

Conforme se depreende deste Termo de Referência, a licitação não é classificada como de grande vulto, bem como os serviços previstos são considerados como de média complexidade, entretanto o objeto envolve diversas etapas de execução dos serviços, quais sejam: 1) carregamento, 2) transporte e 3) destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos oriundos da limpeza das vias públicas após as enchentes do Rio Iguaçu (Resíduos Sólidos de Desastre Natural (RSDN)).

Além das diversas etapas envolvidas, as exigências quanto à comprovação de capacidade técnica e operacional são robustas, visando garantir a contratação de pessoa jurídica experimentada e apta à realização dos serviços objeto desta licitação, em conformidade à previsão do Art. 67 da Lei



14.133/2021. Neste sentido, a permissão de participação de consórcios estimula empresas menores a se unir para somar recursos e atender aos requisitos técnicos e operacionais do edital, tornando-se aptas a participar.

Assim, o objeto do presente certame, relacionado ao manejo e carregamento, transporte e destinação de resíduos sólidos, apresenta uma complexidade significativa, mas não tão ampla a ponto de demandar a participação de consórcios com múltiplos integrantes. A formação de consórcios com até três (03) empresas é suficiente para:

- Agregar diferentes especializações e capacidades técnicas necessárias à execução do contrato;
- Atender ao princípio da razoabilidade, evitando a formação de consórcios extensos que podem dificultar a coordenação interna e a execução do objeto;
- Manter uma Gestão e Fiscalização do Contrato relativamente simplificada.

A limitação a três (03) empresas consorciadas equilibra a competitividade do certame, ao passo que evita que consórcios extensos monopolizem a concorrência, o que poderia desincentivar a participação de empresas individuais ou de consórcios menores.

Permitir consórcios extensos, sem qualquer limitação do número de empresas consorciadas poderia, paradoxalmente, na atual conjuntura de mercado regional, resultar em uma restrição de competitividade, pois poderia diminuir o número de licitantes no processo licitatório.

Portanto, a limitação do número de integrantes a três (03) empresas consorciadas é uma medida proporcional e razoável, adequada à complexidade do objeto, e que visa garantir o cumprimento dos princípios da isonomia, da ampla competitividade e da eficiência administrativa.

## **15. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

### **15.1. Valor estimado total da contratação**

O valor global máximo (teto) estimado da contratação é de R\$ 1.867.310,61 (Um milhão, oitocentos e sessenta e sete mil, trezentos e dez reais e sessenta e um centavos), conforme detalhado na planilha orçamentária de composição de custos elaborada pelo Departamento de Contabilidade do Município de União da Vitória.

### **15.2. Valor estimado unitário da contratação**

O valor unitário máximo (teto) estabelecido para a execução dos serviços de carregamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada, de acordo com a legislação vigente é de R\$ 444,71 (Quatrocentos e quarenta e quatro reais e setenta e um centavos) por tonelada de Resíduos Sólidos de Desastre Natural.

### **15.3. Data da conclusão da formação de preço:**

03 de dezembro de 2024.

## **16. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

### **16.1. Previsão orçamentária para a contratação**



ESTADO DO PARANÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA  
Rua Dr. Cruz Machado, 205 – 3º e 4º Pavimentos  
Fone: 42-3521-1200 e-mail: [licitacao@uniaodavitoria.pr.gov.br](mailto:licitacao@uniaodavitoria.pr.gov.br)  
CNPJ 75.967.760/0001-71  
Site Oficial: [www.uniaodavitoria.pr.gov.br](http://www.uniaodavitoria.pr.gov.br)

Existe previsão orçamentária para as despesas decorrentes da contratação.

## **16.2. Rubrica orçamentária para a contratação**

Dotação Orçamentária:

21.001 – SECRETARIA DE MEIO AMBINETE

2.076 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

364 – 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

União da Vitória/PR, 10 de janeiro de 2025.

Nei Antonio Kukla  
Secretário Municipal de  
Meio Ambiente  
Decreto Nº 24/2025

Albert Otto Bach  
Engenheiro Ambiental  
Decreto Nº 472/2017





ESTADO DO PARANÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA  
Rua Dr. Cruz Machado, 205 – 3º e 4º Pavimentos  
Fone: 42-3521-1200 e-mail: [licitacao@uniaodavitoria.pr.gov.br](mailto:licitacao@uniaodavitoria.pr.gov.br)  
CNPJ 75.967.760/0001-71  
Site Oficial: [www.uniaodavitoria.pr.gov.br](http://www.uniaodavitoria.pr.gov.br)

## **ANEXOS**

**A – Relatório de Caracterização de Resíduos Sólidos**

**B – Relatório de levantamento topográfico: Cálculo de Volume de Movimentação de Material**

**C – Planilha de composição de custos**

**D – Orçamentos utilizados na elaboração da planilha**